



# DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 15 de abril de 2026 | Caderno Executivo | Seção Atos de Gestão e Despesas

## Balanço patrimonial 2025, HRJR de Itanhaem

**INSTITUTO SÓCRATES GUANAES – ISG/HRJR**

**Gestor do Hospital Regional “Jorge Rossmann” de Itanhaém**

CNPJ nº 03.969.808/0009-27

### COMUNICADO

**Em conformidade com a Lei Complementar nº 846, de 04-6-1998**

**Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em reais)**

### Conteúdo

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado do período

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração dos fluxos de caixa (método indireto)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

**Balço Patrimonial**  
**Em 31 de dezembro de 2025 e 2024**  
**(Em reais)**

	Nota	2025	2024
<b>Ativo Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.703.263,69	2.596.609,63
Contratos de gestão e convênios	5	12.480.544,73	13.480.941,48
Estoque	6	1.300.842,29	1.558.611,71
Outros Créditos	7	340.044,46	236.129,53
Despesas pagas antecipadamente	8	280.477,01	249.063,57
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>18.105.172,18</b>	<b>18.121.355,92</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>			
Depósitos Judiciais	9	423.933,82	293.438,60
Depósito Caução	9	235.000,00	235.000,00
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>658.933,82</b>	<b>528.438,60</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>18.764.106,00</b>	<b>18.649.794,52</b>
<b>Ativo compensado</b>	<b>10</b>	<b>15.222.350,27</b>	<b>14.324.643,51</b>
<b>Total do ativo e do ativo compensado</b>		<b>33.986.456,27</b>	<b>32.974.438,03</b>
<b>Passivo Circulante</b>			
Fornecedores	11	6.229.847,01	6.256.610,30
Salários e encargos sociais	12	7.310.343,31	8.751.577,92
Obrigações tributárias	13	532.858,72	505.901,23
Outros passivos	14	22.380,52	12.261,12
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>14.095.429,56</b>	<b>15.526.350,57</b>
<b>Passivo não circulante</b>			
Contingências Trabalhistas - LP	15	954.712,61	848.367,99
Contingências Cíveis - LP	15	2.446.493,62	1.007.605,75
Partes relacionadas	16	1.267.470,21	1.267.470,21
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>4.668.676,44</b>	<b>3.123.443,95</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Superavit/(Déficit) acumulado		-	-
<b>Total do passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>18.764.106,00</b>	<b>18.649.794,52</b>
<b>Passivo compensado</b>	<b>10</b>	<b>15.222.350,27</b>	<b>14.324.643,51</b>
<b>Total do passivo, patrimônio líquido e passivo compensado</b>		<b>33.986.456,27</b>	<b>32.974.438,03</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração do Resultado do Período**  
**Em 31 de dezembro de 2025 e 2024**  
(Em reais)

	Nota	2025	2024
<b>Receitas Atividades de Saúde - com restrição</b>	<b>17</b>	<b>126.747.398,75</b>	<b>131.268.696,50</b>
Programa atividades de saúde	17.1	126.226.602,43	130.897.060,50
Outras receitas atividades de saúde	17.2	520.796,32	371.636,00
<b>Custos com Programa Atividades de Saúde - com restrição</b>			
Programa atividades de saúde	18	(108.753.812,31)	(113.970.559,93)
<b>Superávit (Déficit) Bruto Atividades de Saúde - com restrição</b>		17.993.586,44	17.298.136,57
<b>Despesas Operacionais Atividades de Saúde - com restrição</b>	<b>19</b>	<b>(18.891.036,12)</b>	<b>(18.266.613,03)</b>
Com pessoal	19.1	(2.594.241,51)	-
Serviços prestados por terceiros	19.2	(11.275.484,85)	(13.286.305,41)
Gerais e administrativas	19.3	(4.998.221,27)	(4.978.975,59)
Tributárias	19.4	(23.088,49)	(1.332,03)
<b>Bens Patrimoniais Atividade de Saúde - Com Restrição</b>			
<b>Adquiridos</b>	<b>20</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Bens adquiridos CG		887.083,76	32.655,77
Receita Bens adquiridos CG		(887.083,76)	(32.655,77)
<b>Recebidos em Doação</b>	<b>21</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Bens recebidos em doação CG		9.823,00	-
Receita Bens Recebidos em Doação		(9.823,00)	-
<b>Superávit /(Déficit) antes do Resultado Financeiro Atividades de Saúde - com restrição</b>		(897.449,68)	(968.476,46)
<b>Resultado Financeiro Atividades de Saúde - com restrição</b>	<b>22</b>	<b>897.449,68</b>	<b>968.476,46</b>
Receitas financeiras		919.985,78	988.851,52
Despesas financeiras		(22.536,10)	(20.375,06)
<b>Superávit /(Déficit) do Período Atividades de Saúde - com restrição</b>		<b>-</b>	<b>-</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração do Resultado Abrangente**  
**Em 31 de dezembro de 2025 e 2024**  
(Em reais)

	2025	2024
Superávit /(Déficit) líquido do período	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total do resultado abrangente</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**  
**Em 31 de dezembro de 2025 e 2024**  
**(Em reais)**

EVENTOS	Patrimônio Social	Outras Reservas	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Outros Resultados Abrangentes	Superávit / Déficit	Total do Patrimônio Líquido
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2024</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Movimentação do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit / Déficit do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Superávit com Restrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos de Gestão e Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Ajustes do exercício anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Movimentação do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit / Déficit do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Superávit com Restrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos de Gestão e Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração dos Fluxos de Caixa – método indireto**  
**Em 31 de dezembro de 2025 e 2024**  
**(Em reais)**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Superávit /(Déficit) do período atividade de saúde - com restrição	-	-
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
Contratos de gestão e convênios	1.000.396,75	(2.366.779,54)
Estoque	257.769,42	(55.879,32)
Outros Créditos	(103.914,93)	108.694,96
Despesas Pagas Antecipadamente	(31.413,44)	(6.131,05)
Depósitos Judiciais	(130.495,22)	(89.847,42)
Depósito Caução	-	(235.000,00)
Fornecedores	(26.763,29)	484.048,59
Salários e encargos sociais	(1.441.234,61)	537.321,48
Obrigações tributárias	26.957,49	101.526,98
Contingências	1.545.232,49	382.600,08
Outros passivos	10.119,40	10.681,92
<b>Caixa e equivalentes de caixa líquidos provenientes das atividades sociais</b>	<b><u>1.106.654,06</u></b>	<b><u>(1.128.763,32)</u></b>
<b>Aumento /(diminuição) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>1.106.654,06</u></b>	<b><u>(1.128.763,32)</u></b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>2.596.609,63</u>	<u>3.725.372,95</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u><u>3.703.263,69</u></u>	<u><u>2.596.609,63</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 e 2024**  
**(Em Reais)**

**1. Contexto Operacional**

O Instituto Sócrates Guanaes - ISG é uma Associação Civil, de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, qualificada como Organização Social, fundada em 13 de julho de 2000, com sede e foro em Salvador, Estado da Bahia, e tem por objetivo a realização de atividades ligadas à promoção e participação ativa nas ações de ensino e pesquisa, promoção e desenvolvimento de tecnologia em gestão voltada para valorização da ética e princípios humanísticos vinculados à medicina e outras áreas da saúde. Especializada em gestão de serviços de saúde seja ela pública ou privada, utilizando-se de técnicas inovadoras de gestão e equipe altamente qualificada, vem transformando a realidade de atendimento à saúde por onde passa.

O Governo do Estado de São Paulo, mais especificamente a SES-SP - Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, com intuito de aperfeiçoar o atendimento prestado aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) garantindo ao usuário qualidade na assistência em suas unidades, aderiu a novo modelo de gestão de saúde, atribuindo esta função às OSS - Organizações Sociais ligadas a Saúde.

Com isso, o ISG foi convidado a fazer parte de nova metodologia de gestão de saúde implantada pelo Governo de São Paulo, sendo escolhido em processo de concorrência pública para administrar uma importante unidade de saúde do estado, o HRJR - Hospital Regional Jorge Rossmann, localizado na cidade de Itanhaém, Estado de São Paulo.

Por meio do Conselho deliberativo do ISG Sede, foi criada uma Filial ISG no local, justamente para aplicar as metodologias de gestão na unidade HRJR, atendendo inicialmente as regras definidas no contrato de gestão nº 001.0500.000011/2017, assinado em 07 de junho de 2017, com vigência de 60 meses, encerrado em 31 de maio de 2022, e seus respectivos termos aditivos.

Em 31 de maio de 2022, o ISG celebrou novo contrato de gestão (SES-PRC-2022/14030), com vigência de 60 meses, para regulamentar o desenvolvimento das ações e serviços de saúde, no Hospital Regional "Jorge Rossmann" de Itanhaém, dando continuidade ao processo de gestão da unidade.

## **2. Base de Preparação**

### **2.1. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC**

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), consubstanciadas, principalmente, no que tange à Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC 1.409/2012, na Norma Brasileira de Contabilidade TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, aprovada pela Resolução CFC 1.305/2010, com exceção do reconhecimento da receita em detrimento do valor do custo da depreciação, no caso de aquisição de bens com recursos do contrato de gestão e seus respectivos termos aditivos, em atendimento da representação fidedigna (essência sobre a forma), cujas sínteses estão demonstradas a seguir:

### **2.2. Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, sendo que os ativos e passivos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, nos casos aplicáveis.

### **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto.

### **2.4. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

## 2.5. Alteração de Critério de Apresentação

A partir do exercício de 2025, o Instituto promoveu mudança no critério de apresentação das Despesas Operacionais (Nota 19). Os gastos corporativos comuns a todas as unidades englobando despesas com pessoal, serviços prestados por terceiros e consumo de concessionárias (água, luz, internet), entre outros, que no exercício comparativo de 2024 eram apresentados de forma unificada na rubrica "Despesas Corporativas" (subitem 19.2), passaram a ser segregados e classificados de acordo com a sua natureza específica. Essa reclassificação sensibilizou diversos grupos de despesas no exercício de 2025 e tem como objetivo exclusivo aprimorar a transparência e a clareza das informações contábeis, não gerando impactos adicionais no resultado apurado.

## 3. Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

### 3.1. Instrumentos financeiros

#### a) Ativos financeiros não derivativos

O Instituto tem como ativos financeiros não derivativos caixa e equivalentes de caixa que são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados.

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por saldos de caixa central (fundo fixo), bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com prazos de vencimentos inferiores a 90 dias, que são prontamente conversíveis em numerário.

O valor de recebíveis de contratos de gestão, são recursos com restrição em detrimento de cláusulas contratuais e referem-se a valores já aplicados às atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve a contrapartida da subvenção, que devem ser realizadas nos primeiros meses de 2026, conforme previsto no Contrato de Gestão SES-PRC-2022/14030, assinado em 31 de maio de 2022, com vigência de 60 meses, e seus respectivos termos aditivos. São considerados ativos financeiros classificados como recebíveis.

#### b) Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Em 31 de dezembro de 2025, os passivos financeiros não derivativos do Instituto estavam representados por fornecedores, impostos, contribuições.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são registrados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

### 3.2. Ativo Imobilizado

#### a) Reconhecimento e mensuração

O Instituto Sócrates Guanaes, por meio do contrato de gestão SES-PRC-2022/14030, e seus respectivos termos aditivos, administra o HRJR e todos os bens cedidos e/ou adquiridos com recursos do contrato, caso existam. Pelo novo entendimento à regra contábil, esses bens são registrados no imobilizado e no intangível. O contrato de gestão define que tais bens são do Estado e que ao final do contrato estes serão devolvidos a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo – SES-SP. Os bens adquiridos no decurso do exercício passam a ser registrados em contas de controle "contas de compensação". Estes bens, por sua vez, continuam, apenas, sendo registrados pelo custo histórico de aquisição.

## **b) Depreciação**

A depreciação, caso exista, cuja regra define que deve ser calculada pela estimativa de vida útil, não é aplicada aos bens adquiridos com recursos do contrato de gestão e seus respectivos termos aditivos, em virtude de estes não serem de propriedade do Instituto Sócrates Guanaes, mas, sim, do Estado de São Paulo.

### **3.3. Redução ao valor recuperável ("impairment")**

O valor contábil do ativo imobilizado, quando existente, é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Contudo em virtude do novo entendimento à regra contábil, os bens adquiridos com recursos do contrato de gestão SES-PRC-2022/14030, e seus respectivos termos aditivos, não são registrados no imobilizado e no intangível do Instituto, conforme informado no item 3.2 acima descrito, portanto, para o caso em específico, não é objeto de impairment.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Não houve indicação de perda no valor recuperável dos valores contábeis do ativo imobilizado do Instituto em 31 de dezembro de 2025.

### **3.4. Estoques**

Os estoques, quando existentes, são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques, usando-se o custo médio ponderado móvel e, em geral, compreendem os insumos de utilização na operação do Instituto (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo etc.), sendo que eles se apresentam livres de ônus ou gravames.

### **3.5. Patrimônio Líquido**

O Instituto aplica integralmente, na forma da legislação aplicável, seus recursos na manutenção de seus objetivos.

### **3.6. Apuração do resultado**

As receitas, custos e despesas são reconhecidas, mensalmente, respeitando os princípios Fundamentais de Contabilidade, em especial os Princípios da Oportunidade e da Competência. No

que se refere às subvenções para custeio e investimento, estas são apropriadas em conta do passivo, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado.

### 3.7. Tributação

O Instituto é uma entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit, por isso nenhum imposto, sobre o superávit, foi provisionado no passivo, em face do benefício fiscal aqui descrito. Em 27 de dezembro de 2024, por meio do Despacho GM/MS nº 201, foi concedido o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) à Entidade. A publicação do despacho ocorreu em 08 de janeiro de 2025 no Diário Oficial da União, data que marca o início da vigência do certificado, garantindo à entidade a imunidade de contribuições à seguridade social, tais como INSS cota patronal e PIS sobre a folha de pagamento.

### 4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Cada recurso recebido em razão do contrato de gestão e respectivos termos aditivos é alocado em conta corrente criada especificamente e exclusivamente para geri-lo e aplicá-lo devidamente. Porém, o ISG é responsável pela aplicação destes recursos e todos eles estão sujeitos a restrições e/ou vinculação por parte do contratante.

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Caixa e bancos	1.846,21	966,48
Aplicações financeiras (*)	3.701.417,48	2.595.643,15
	<b>3.703.263,69</b>	<b>2.596.609,63</b>

(\*) Referem-se substancialmente a renda fixa no Banco do Brasil, remuneradas a taxas de mercado. Esses saldos consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos, no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

DESCRIÇÃO	TX a.a(%)	TIPO	2025	2024
Banco do Brasil RF-CP CORP 400MIL 40218-4	13,5135	RF CP Empresa Agil	3.467.248,28	2.388.805,03
Banco do Brasil RF Ref DI Plus Agil 40218-4	13,2137	RF Ref DI Plus Agil	234.169,20	206.838,12
			<b>3.701.417,48</b>	<b>2.595.643,15</b>

### 5. Contrato de Gestão e Convênios

Ano	Subvenção Recebida (+)	Rendimento aplicação (+)	Custo Imob. Anterior (-)	Outras Receitas (+)	Reconh. Custo de Glosa e Ajustes (-)	Custos Realizados (-)	Saldo Sub. a Executar (Passivo) ou a Receber (Ativo)	Subvenção Prevista Anual	Saldo Acum. Sub. a Receber Conforme Cronograma Anual	Valor do Contrato/Aditivo	Saldo Acumulado de Subvenção a Receber	Saldo Sub. Acumulada a Executar (Pos.) ou Déficit (Neg.)
2024	128.605.053,43	791.616,30	32.655,77	568.871,22	42.116,70	132.257.548,02	(13.480.941,48)	135.125.344,00	2.291.516,69	45.885.556,00	282.051.195,69	268.570.254,21
2025	127.066.303,14	728.937,97	887.083,76	711.844,13	(1.047.779,80)	127.667.384,53	(12.480.544,73)	127.066.303,14	2.291.516,69	306.403,14	155.291.295,69	142.810.750,96

A subvenção não deve ser reconhecida até que exista uma razoável segurança de que o Instituto cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à aplicação.

Os valores apresentados nesse demonstrativo referem-se às parcelas a serem executadas, previstas no Contrato de Gestão Nº SES-PRC-2022/14030 e seus respectivos termos aditivos, firmado entre a

SES-SP - Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e o Instituto, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no HRJR, em Itanhaém - SP.

Conforme descrito na coluna "Saldo Sub. a Executar (Passivo) ou a Receber (Ativo)" no valor de R\$ 12,480 milhões refere-se a valores já aplicados às atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve a contrapartida da subvenção, que devem ser realizadas nos primeiros meses de 2026, conforme previsto no Contrato de Gestão SES-PRC-2022/14030, e seus respectivos termos aditivos.

Conforme descrito na coluna "Saldo Acumulado de Subvenção a Receber" e levando em consideração a previsão descrita no Contrato de Gestão, o valor global a ser repassado a título de Subvenções em 31/12/2025 é de R\$ 155,291 milhões até a conclusão do contrato, previsto para maio de 2027.

Conforme descrito na coluna "Saldo Sub. Acumulada a Executar (Pos.) ou Déficit (Neg.)" a Entidade possui o saldo de R\$ 142,810 milhões para o reconhecimento da receita, tendo como contrapartida os custo/despesas equivalentes, limitando-se ao valor do lastro contratual.

## 6. Estoque

Em 31 de dezembro de 2025, o estoque apresenta o saldo de R\$ 1.300.842,29 e está apresentado pelo valor de custo médio de aquisição.

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Estoque	1.183.771,14	1.439.366,03
Estoque em Poder de Terceiros	117.071,15	119.245,68
	<b>1.300.842,29</b>	<b>1.558.611,71</b>

## 7. Outros Créditos

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Adiantamentos a fornecedores	37.329,17	29.000,00
Créditos de Empregados (i)	302.715,29	207.129,53
	<b>340.044,46</b>	<b>236.129,53</b>

(i). Refere-se a antecipação de Férias de colaboradores, conforme preceitos da legislação trabalhista.

## 8. Despesas Antecipadas

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Prêmios de Seguros	13.240,04	14.086,63
Vale-Transporte	29.668,27	26.173,15
Vale-Refeição/Vale-Alimentação	237.568,70	208.803,79
	<b>280.477,01</b>	<b>249.063,57</b>

## 9. Depósitos Judiciais e Depósito Caução

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Depósito/Bloqueio Judicial (i)	423.933,82	293.438,60
Deposito Caução (ii)	235.000,00	235.000,00
	<b>658.933,82</b>	<b>528.438,60</b>

(i). O saldo de **R\$ 423.933,82**, em 31 de dezembro de 2025, refere-se a depósitos judiciais vinculados a **24 (vinte e quatro) processos trabalhistas**, nos quais o Instituto Sócrates Guanaes – ISG figura no polo passivo.

(ii). Deposito referente a contrato de compra de Energia elétrica por gerador próprio, buscando economicidade em relação a companhia elétrica do estado.

## 10. Ativo e Passivo Compensado

O grupo de contas do Ativo e do Passivo compensado refere-se aos bens adquiridos com recursos dos contratos de gestão nº 001.0500.000011/2017 e SES-PRC-2022/14030, e seus respectivos aditivos, firmado com o Estado de São Paulo, além de bens cedidos e recebidos em doação, para auxiliar a prestação dos serviços propostos, apresentam os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2025.

Custo	Móveis e Utensílios	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de Informática	Equipamentos Hospitalares	Bens Cedidos CG	Bens Recebidos em Doação	Total
Em 31 de dezembro de 2024	932.856,10	1.481.599,19	50.412,32	2.588.778,73	9.201.997,17	69.000,00	14.324.643,51
Adição	66.120,88	38.472,15	1.710,00	780.780,73	-	9.823,00	896.906,76
Reclassificações (i)	(144.755,17)	164.095,24	45.020,84	4.638,49	0,60	(69.000,00)	-
Ajuste (ii)				800,00			800,00
Em 31 de dezembro de 2025	854.221,81	1.684.166,58	97.143,16	3.374.997,95	9.201.997,77	9.823,00	15.222.350,27

(i). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram feitas reclassificações entre os grupos do ativo e passivo compensado com o objetivo de adequar a classificação contábil aos registros do sistema de controle patrimonial adotado pela unidade. Tais movimentações não impactaram o resultado do grupo, tratando-se exclusivamente de ajustes de natureza classificatória.

(ii). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram reconhecidos contabilmente itens patrimoniais oriundos de exercícios anteriores, os quais já se encontravam registrados no sistema de controle patrimonial da unidade, porém não estavam refletidos na escrituração contábil.

## 11. Fornecedores

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Fornecedores de bens e mercadorias (i)	1.103.325,85	821.642,63
Fornecedores de serviços (ii)	5.126.521,16	5.434.967,67
	<b>6.229.847,01</b>	<b>6.256.610,30</b>

(i). Os fornecedores de bens e mercadorias, são decorrentes de aquisições, em sua grande maioria, de medicamentos, material médico hospitalar, gases medicinais e outros insumos, inerentes à operacionalização das atividades hospitalares e ao atendimento aos pacientes.

(ii). Os fornecedores de serviços, que representam o total de serviços contratados (inclusive serviços médicos e hospitalares) são necessários a atividade operacional para atendimento ao contrato de gestão SES-PRC-2022/14030, e seus respectivos termos aditivos.

## 12. Salários e Encargos Sociais

As obrigações são decorrentes basicamente das folhas de pagamentos do Instituto e estão assim apresentadas:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Salários a pagar	2.223.549,38	2.132.400,96
Pensão a pagar	6.618,40	5.482,50
Rescisão a pagar	5.518,72	13.363,38
Empréstimo Consignado a pagar	184.258,78	-
INSS (i)	287.100,31	1.172.563,44
FGTS	373.996,47	336.302,20
Provisões férias e encargos	3.818.034,48	4.654.263,41
PIS (i)	-	28.230,75
IRRF S/ Salários	406.259,74	404.485,90
Outros (ii)	5.007,03	4.485,38
	<b>7.310.343,31</b>	<b>8.751.577,92</b>

(i). Em 27 de dezembro de 2024, por meio do Despacho GM/MS nº 201, foi concedido o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) à Entidade. A publicação do despacho ocorreu em 08 de janeiro de 2025 no Diário Oficial da União, data que marca o início da vigência do certificado, garantindo à entidade a imunidade de contribuições à seguridade social, tais como INSS cota patronal e PIS sobre a folha de pagamento.

(ii) Refere-se a contribuições sindicais e assistenciais.

## 13. Obrigações Tributárias

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Imposto de renda retido na fonte	79.016,82	57.129,78
PIS / COFINS e CSLL retidos de terceiros	373.725,13	363.040,91
ISS retido de terceiros	24.857,88	27.247,01
INSS retido de terceiros	55.258,89	58.483,53
	<b>532.858,72</b>	<b>505.901,23</b>

## 14. Outros Passivos

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Provisão de Serviços Prestados	22.380,52	12.261,12
	<b>22.380,52</b>	<b>12.261,12</b>

Refere-se a provisões de serviços contratados e executados, conforme regime de competência, a serem faturados nos meses subsequentes.

## 15. Contingências

A Entidade possui ações judiciais perante tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões judiciais. Em detrimento a classificação realizada pelo corpo jurídico, existe, em 31 dezembro de 2025, o qual realizou a estimativa de causas, no valor de R\$ 954.712,61, referente ao valor de contingências trabalhistas e R\$ 2.446.493,62, referente ao valor de contingências cíveis, ambas classificadas como perda prováveis, sendo reconhecidas contabilmente de acordo com o relatório dos advogados. Contudo, em atendimento a NBC TG 25 (R2), a Entidade deve comunicar a existência de processos judiciais em trâmite, os quais são considerados, pelo departamento jurídico, como prováveis e possíveis perdas. Neste sentido, foram identificados pelo departamento jurídico da entidade, valores classificados como possível perda no montante de R\$ 6.108.160,68, referente a ações trabalhistas e R\$ 6.803.001,02, referente a ações cíveis.

	2025			2024		
	Tipo	Quant.	Valor Estimado	Tipo	Quant.	Valor Estimado
Quantidade de ações Prováveis	Trabalhistas	25	954.712,61	Trabalhistas	18	848.367,99
	Cível	10	2.446.493,62	Cível	8	1.007.605,75
	Tributária	0	-	Tributária	0	-
			3.401.206,23			1.855.973,74
	2025			2024		
	Tipo	Quant.	Valor Estimado	Tipo	Quant.	Valor Estimado
Quantidade de ações Possíveis	Trabalhistas	17	6.108.160,68	Trabalhistas	13	1.449.941,60
	Cível	31	6.803.001,02	Cível	33	5.253.024,70
	Tributária	0	-	Tributária	0	-
			12.911.161,70			6.702.966,30

## 16. Partes Relacionadas

Partes relacionadas a pagar

ISG - Filial 16

	2025	2024
	1.267.470,21	1.267.470,21
	<b>1.267.470,21</b>	<b>1.267.470,21</b>

## 17. Receitas Programa Atividade de Saúde - com restrição

### 17.1 Programa atividades de saúde

	2025	2024
Programa Atividades de Saúde	126.226.602,43	130.897.060,50

A receita de subvenção é realizada em razão da execução do contrato de gestão SES-PRC-2022/14030, e seus respectivos termos aditivos, firmado com a SES-SP - Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, sendo em 31 de dezembro de 2025, R\$ 126,226 milhões registrado como receita de subvenção para custeio, na área de saúde.

### 17.2 Outras receitas atividades de saúde

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Contribuições e Doações	520.796,32	352.225,18
Outras Receitas (i)	-	19.410,82
	<b>520.796,32</b>	<b>371.636,00</b>

(i). Refere-se a recebimento de indenização do seguro da Mapfre em 18/07/2024.

<b>Total Receitas Atividades de Saúde - com restrição</b>	<b>126.747.398,75</b>	<b>131.268.696,50</b>
---	-----------------------	-----------------------

## 18. Custos com Programa Atividade de Saúde - com restrição

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Custo de pessoal próprio (i)	44.760.227,90	53.671.120,97
Materiais médicos e hospitalares	4.821.070,19	5.371.851,07
Medicamentos	4.211.002,62	4.429.373,02
Órtese e Prótese	1.226.093,77	1.238.577,47
Gases	253.382,84	166.907,63
Materiais de uso e consumo	3.428.725,29	2.406.812,14
Ajuste de Inventário e Perdas	1.815,03	(30.670,06)
Custos de serviços assistências e de apoio (ii)	48.506.262,18	46.333.987,61
Provisão de Contingências (iii)	1.545.232,49	382.600,08
	<b>108.753.812,31</b>	<b>113.970.559,93</b>

(i). Os custos de pessoal próprio compõem os gastos com as remunerações, encargos e benefícios dos funcionários

(ii). Os custos de serviços assistenciais e de apoio são compostos por gastos com serviços de manutenção, locação, serviços médicos, laboratoriais entre outros serviços prestados por terceiros.

(iii). A Entidade possui ações perante os tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões judiciais.

## 19. Despesas Operacionais Atividade de Saúde - com restrição

Conforme detalhado na Nota 2.5 (Alteração de Critério de Apresentação), as despesas operacionais do exercício de 2025 foram reclassificadas para refletir a natureza específica dos gastos. As "Despesas Corporativas", que no exercício de 2024 foram apresentadas de forma unificada na Nota 19.2, passaram a ser segregadas em 2025 e realocadas nas seguintes rubricas: 19.1. Com pessoal: Remunerações, Encargos e Benefícios; 19.2. Serviços Prestados por Terceiros: Serviços Advocatícios, Serviços de Consultoria (i), Serviços de Contabilidade, Serviços Especializados em TI, Serviços de RH e Outros Serviços (iii); 19.3. Despesas Gerais e Administrativas: Utilidades e Serviços (i), Aluguel de Bens Imóveis e Condomínio e Outras Despesas e 19.4. Despesas Tributárias: IPTU.

### 19.1 Com Pessoal

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Remunerações	2.020.410,79	-
Encargos	267.737,74	-
Benefícios	306.092,98	-
	<b>2.594.241,51</b>	<b>-</b>

No exercício de 2025 o instituto passou a segregar as despesas com pessoal que antes eram classificados no grupo de despesa corporativa. Essas despesas corporativas são compostas por gastos com funcionários, que prestam serviços para todas as unidades do ISG, portanto cada unidade arca com as horas técnicas aplicadas por estes profissionais.

## 19.2 Serviços Prestados por Terceiros

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Serviços Advocatícios	487.140,97	221.757,80
Serviços de Consultoria (i)	550.254,19	106.182,07
Serviços de Alimentação	4.430.805,98	4.192.650,14
Serviços de Contabilidade	201.295,70	182.000,00
Serviços Especializados em TI	1.356.359,85	853.301,54
Serviços RH	724.451,46	683.608,75
Despesas Corporativas (ii)	-	3.991.172,00
Outros Serviços (iii)	3.525.176,70	3.055.633,11
	<b>11.275.484,85</b>	<b>13.286.305,41</b>

(i). Os serviços de consultoria são compostos por prestadores de serviços que gerem a qualidade da operação do hospital, prestadores que controlam o atendimento e orientam os médicos e serviços de acompanhamento educacional e metodológico.

(ii). As despesas corporativas são compostas por gastos administrativos, inclusive com funcionários, que prestam serviços para todas as unidades do ISG, portanto cada unidade arca com as horas técnicas aplicadas por estes profissionais. Contudo, para o exercício de 2025, o instituto passou a segregar as despesas corporativas por tipo de despesa, conforme detalhado na nota 2.5.

(iii). São as despesas com serviços de engenharia clínica, auditoria, esterilização, assessoria, gráficos, cursos e treinamentos e frete.

## 19.3 Gerais e Administrativas

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Consumo de Materiais em Geral	3.436,35	2.025,49
Utilidades e Serviços (i)	3.752.867,84	4.461.857,06
Viagens e Estadias	60.865,91	59.919,12
Ocupação (ii)	63.460,78	-
Locação de Veículos	1.027.953,13	420.568,77
Outros Despesas (iii)	89.637,26	34.605,15
	<b>4.998.221,27</b>	<b>4.978.975,59</b>

(i). São gastos com energia elétrica, telefonia, água, internet, correios, seguro predial, cartórios e Gás Liquefeito de Petróleo - GLP.

(ii) Referem-se a gastos com aluguel e condomínio da unidade corporativa do Instituto, rateado entre as unidades geridas.

(iii) São gastos com locação de equipamentos, estacionamentos e pedágios, anuidades e mensalidades, despesas legais e judiciais, despesas com chaves e carimbos e indenizações cíveis, dentre outros.

#### 19.4 Tributarias

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
IOF	-	1.116,03
IPTU	10.100,86	-
Outros Impostos e Taxas (i)	12.987,63	216,00
	<u><b>23.088,49</b></u>	<u><b>1.332,03</b></u>

(i). São gastos com taxas do município de Itanhaém-SP.

#### 20. Bens Adquiridos CG atividades de saúde com restrição

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Bens adquiridos CG (i)	(887.083,76)	(32.655,77)
Programa Atividade de Saúde - Investimentos	887.083,76	32.655,77
	<u>-</u>	<u>-</u>

(i) Custo dos bens adquiridos com recursos do Contrato de Gestão – CG.

#### 21. Bens recebidos em doação atividades de saúde com restrição

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Bens recebidos em doação CG (i)	(9.823,00)	-
Receita Bens Recebidos em Doação	9.823,00	-
	<u>-</u>	<u>-</u>

(i). Reconhecimento de bens que foram recebidos através de doações.

#### 22. Resultado Financeiro Atividade de Saúde - com restrição

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas Financeiras	919.985,78	988.851,52
Despesas Financeiras	(22.536,10)	(20.375,06)
	<u><b>897.449,68</b></u>	<u><b>968.476,46</b></u>

#### 23. Eventos Subsequentes

Até a presente data, não houve fatos relevantes que pudessem ser objeto de destaque nesta nota.

Era o que tínhamos a relatar e esclarecer, em adendo às Demonstrações Financeiras ora encerradas e apresentadas.

André Mansur de Carvalho Guanaes Gomes  
Diretor presidente  
CPF: 195.844.575-72

Raphael Lindenbach de Moraes  
CRC 1SP 281037

Ernesto Stangueti  
Diretor Financeiro  
CPF: 846.816.088-15

## EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO CONTRATO DE GESTÃO

DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS RECEBIDOS NO EXERCÍCIO 2025				
DATA PREVISTA PARA O REPASSE (2)	VALORES PREVISTOS (R\$)	DATA DO REPASSE	NÚMERO DO DOCUMENTO DE CRÉDITO	VALORES REPASSADOS (R\$)
08/01/2025	10.563.325,00	08/01/2025	2025OB02454	10.563.325,00
07/02/2025	10.563.325,00	05/02/2025	2025OB11619	10.563.325,00
07/03/2025	10.563.325,00	05/03/2025	2025OB19233	10.563.325,00
07/04/2025	10.563.325,00	03/04/2025	2025OB29826	10.563.325,00
17/04/2025	28.377,56	17/04/2025	2025OB12344	28.377,56
08/05/2025	10.563.325,00	06/05/2025	2025OB43406	10.563.325,00
08/05/2025	24.971,24	06/05/2025	2025OB13529	24.971,24
06/06/2025	10.563.325,00	05/06/2025	2025OB56924	10.563.325,00
06/06/2025	21.339,52	05/06/2025	2025OB17162	21.339,52
07/07/2025	10.563.325,00	03/07/2025	2025OB69091	10.563.325,00
07/07/2025	21.339,52	03/07/2025	2025OB22012	21.339,52
07/08/2025	10.563.325,00	05/08/2025	2025OB81956	10.563.325,00
07/08/2025	21.339,52	05/08/2025	2025OB26632	21.339,52
05/09/2025	10.563.325,00	04/09/2025	2025OB94358	10.563.325,00
05/09/2025	21.339,52	04/09/2025	2025OB30180	21.339,52
12/09/2025	167.696,26	12/09/2025	2025OB98880	167.696,26
07/10/2025	10.563.325,00	03/10/2025	2025OBA7341	10.563.325,00
07/11/2025	10.563.325,00	05/11/2025	2025OBC4699	10.563.325,00
05/12/2025	10.563.325,00	05/12/2025	2025OBD8164	10.563.325,00
<b>Total</b>	<b>127.066.303,14</b>	<b>TOTAL DOS VALORES REPASSADOS</b>		<b>127.066.303,14</b>
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				2.596.609,63
RECEITAS COM APLICAÇÕES FINANCEIRAS DOS REPASSES PÚBLICOS				728.937,97
OUTRAS RECEITAS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO AJUSTE				51.802,25
<b>TOTAL DE RECURSOS PÚBLICOS DISPONÍVEIS NO EXERCÍCIO</b>				<b>130.443.652,99</b>

DEMONSTRATIVO DO SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	
TOTAL DE RECURSOS DISPONÍVEL NO EXERCÍCIO	130.443.652,99
DESPESAS PAGAS NO EXERCÍCIO	126.740.389,30
<b>VALOR AUTORIZADO PARA APLICAÇÃO NO EXERCÍCIO SEGUINTE</b>	<b>3.703.263,69</b>

## ESTRUTURA E VOLUME DE ATIVIDADES CONTRATADAS

### Relatório - Contratado X Realizado - Gestão em Saúde

HOSPITAL REGIONAL "JORGE ROSSMANN" DE ITANHAEM - Período: de 01 até 12/2025

## HOSPITALAR

183 - Internações	1º Semestre			2º Semestre		
	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%
Clínica Médica	1.080	1.507	40%	1.080	1.584	47%
Obstetrícia	1.500	1.771	18%	1.500	1.622	8%
Pediatria	600	803	34%	600	692	15%
Psiquiatria	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>3.180</b>	<b>4.081</b>	<b>28%</b>	<b>3.180</b>	<b>3.898</b>	<b>23%</b>

470 - Saídas Hospitalares em Clínica Cirúrgica	1º Semestre			2º Semestre		
	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%
Eletivas	1.320	1.185	-10%	1.320	1.399	6%
Urgências	300	322	7%	300	334	11%
<b>Total</b>	<b>1.620</b>	<b>1.507</b>	<b>-7%</b>	<b>1.620</b>	<b>1.733</b>	<b>7%</b>

322 - Hospital - Dia Cirúrgico/Cirurgias Ambulatoriais	1º Semestre			2º Semestre		
	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%
Cirurgia Hospital - Dia	120	125	4%	120	131	9%
Cirurgias Ambulatoriais	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>120</b>	<b>125</b>	<b>4%</b>	<b>120</b>	<b>131</b>	<b>9%</b>

185 - Urgência / Emergência	1º Semestre			2º Semestre		
	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%
Consultas de Urgência	7.800	9.184	18%	7.800	8.920	14%

## ESTRUTURA E VOLUME DE ATIVIDADES CONTRATADAS

### Relatório - Contratado X Realizado - Gestão em Saúde

HOSPITAL REGIONAL "JORGE ROSSMANN" DE ITANHAEM - Período: de 01 até 12/2025

### AMBULATORIAL

271 - Consultas Médicas	1º Semestre			2º Semestre		
	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%
Primeiras Consultas Rede	1.500	1.327	-12%	1.500	1.286	-14%
Interconsultas	1.500	1.618	8%	1.500	1.774	18%
Consultas Subseqüentes	5.400	5.640	4%	5.400	5.899	9%
<b>Total</b>	<b>8.400</b>	<b>8.585</b>	<b>2%</b>	<b>8.400</b>	<b>8.959</b>	<b>7%</b>

680 - SADT Externo	1º Semestre			2º Semestre		
	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%
Ecocardiografia	120	108	-10%	120	129	8%
Ultrassonografia com Doppler	180	0	-100%	180	0	-100%
Outras Ultrassonografias	0	163	0	0	154	0
<b>Ultra-Sonografia</b>	<b>300</b>	<b>271</b>	<b>-10%</b>	<b>300</b>	<b>283</b>	<b>-6%</b>
Tomografia Computadorizada	72	75	4%	72	99	38%
Endoscopia Digestiva Alta	480	414	-14%	480	413	-14%
Colonoscopia	228	117	-49%	228	130	-43%
<b>Endoscopia</b>	<b>708</b>	<b>531</b>	<b>-25%</b>	<b>708</b>	<b>543</b>	<b>-23%</b>
<b>Total</b>	<b>1.080</b>	<b>877</b>	<b>-19%</b>	<b>1.080</b>	<b>925</b>	<b>-14%</b>

647 - Exames de Alta Suspeição - Oncologia	1º Semestre			2º Semestre		
	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%
Colonoscopia	0	44	0	0	56	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>44</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>56</b>	<b>0</b>

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos diretores e conselheiros do

INSTITUTO SÓCRATES GUANAES – ISG

GESTOR DO HOSPITAL REGIONAL JORGE ROSSMANN – HRJR - Itanhaém – SP

### 1. Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG – Gestor do HRJR** - que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG – Gestor do HRJR**, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### 2. Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), juntamente com os requisitos éticos pertinentes para nossa auditoria das

demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com esses requisitos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### 3. Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

#### I) Subvenções e Reconhecimento da Receita

Os detalhes sobre a política contábil, relativos a Crédito de Subvenções a receber da Secretária de Estado da Saúde de São Paulo – SES/SP, estão correlacionados na Notas “5. CONTRATO DE GESTÃO E CONVÊNIOS”, “17. RECEITAS PROGRAMA ATIVIDADE DE SAÚDE - COM RESTRIÇÃO”, todas relacionadas nas demonstrações contábeis da Entidade.

A avaliação realizada pela administração da Entidade, sobre os Créditos de Subvenções a receber, no valor de R\$ 12.480 milhões, envolve o pressuposto de que o acordado no contrato de SES-PRC-2022/14030 e seus respectivos termos aditivos, firmados entre a **SES-SP** - Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e o **INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG**, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do Hospital Regional Jorge Rossmann – HRJR, será cumprido no exercício seguinte.

A decisão concretizada pela Administração da Entidade foi de honrar com os critérios exigidos no contrato de Gestão. Neste sentido, a Entidade realizou, antecipadamente, custos/despesas, em relação aos repasses mensais, definidos em contrato, fato este que gerou um reconhecimento de Receita com atividade de saúde na ordem de R\$ 126,747 milhões, ocasionando o reconhecimento do crédito de subvenção a favor da Entidade, em virtude de o custo/despesa ter sido maior que os valores repassados para o período em análise.

#### Resposta da auditoria ao assunto

Avaliamos a consistência entre a política contábil, relacionada com o registro das Subvenções Governamentais a Realizar/Executar, vinculado ao contrato de gestão junto a SES/SP, e se os procedimentos contábeis foram aplicados de acordo com as normas brasileiras de contabilidade.

Realizamos testes para validar se o REGIME DE COMPETÊNCIA estava sendo observado, se a receita de subvenção governamental estava reconhecida ao longo do período necessário, e se esta foi confrontada com as despesas correspondentes, quando existentes. Também, verificamos que a receita não estava sendo reconhecida no momento de seu recebimento, uma vez que a Entidade necessita cumprir regras contratuais para realizar o reconhecimento dessa receita.

Contudo, realizamos uma análise da correlação entre o reconhecimento da receita de subvenção em confronto com as despesas correspondentes. Semelhantemente, constatamos que a diferença da subvenção relacionada foi transferida para a conta de “contratos de gestão e convênios” no Ativo, uma vez que o contrato suporta o reconhecimento da receita em relação a tais custos/despesas,

conforme relacionado na Nota "5. CONTRATO DE GESTÃO E CONVÊNIOS", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## **II) Critério Contábil – Atendimento parcial da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2)**

Os detalhes sobre a política contábil, concernentes a mudança de critério contábil, estão relacionados na Nota "3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS", subitem "3.2 ATIVO IMOBILIZADO", letra "a", "RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO", informados nas demonstrações contábeis da Entidade.

A decisão tomada pela Administração da Entidade foi de não reconhecer os bens tangíveis e intangíveis, adquiridos com recursos do contrato de gestão SES-PRC-2022/14030 e seus respectivos termos aditivos, ambos firmados entre a SES-SP - Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e o Instituto Sócrates Guanaes – ISG, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no Hospital Regional Jorge Rossmann – HRJR, como sendo da Entidade. Portanto, esses bens não são registrados no grupo Ativo Imobilizado. O contrato deixa claro que tais bens são do Estado, por meio da SES-SP e que, ao final do instrumento pactuado, estes serão devolvidos à contratante. Neste sentido, a Entidade gestora do HRJR optou por acatar o novo entendimento contábil.

### **Resposta da auditoria ao assunto**

NBCTGEC Estrutura Conceitual para relatório financeiro

Em análise as práticas contábeis adotadas no Brasil, em especial a Resolução NBCTGEC de 2019, que dá nova redação à NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL, que dispõe sobre a estrutura conceitual para relatório financeiro e Resolução CFC NBCTG26 de 2017, que aprovou à NBC TG 26 (R5) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, obtém-se o entendimento que a representação fidedigna (essência sobre a forma) deve prevalecer.

Em observação as referidas Resoluções, entendemos que, em circunstâncias extremamente raras, nas quais a administração da Entidade vier a concluir que a conformidade com um ou mais requisitos das normas, interpretações ou comunicados técnicos conduziram a uma apresentação tão enganosa, em relação as Demonstrações Contábeis, que entraria em conflito com o objetivo das demonstrações contábeis, qual seja, exigência à contínua obediência da prevalência da REPRESENTAÇÃO FIDEDIGNA, estabelecido na Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, a Entidade não deveria aplicar esse(s) requisito(s).

Neste sentido, encaminhamos consulta ao Conselho Federal de Contabilidade, o qual reconheceu que de fato esses bens deveriam ser reconhecidos diretamente em conta de resultado e confrontados com a subvenção relacionada, assegurando o controle em contas próprias, conforme previsão contratual, e atendimento a representação fidedigna (essência sobre a forma), contrariando parte dos dizeres da Resolução CFC NBCTG07 de 2017, que aprova a NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais.

## **4. Ênfase**

### **4.1. Continuidade das operações**

Os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela Entidade são providos pela SES-SP, conforme previsto no Contrato de Gestão SES-PRC-2022/14030. Contudo, indicamos a existência de incerteza quanto à continuidade/prorrogação do contrato de gestão, prevista para conclusão em 31/05/2027. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto.

## **4.2. Transações entre partes relacionadas**

Conforme Nota Explicativa “16. Partes Relacionadas”, correlacionada em Nota Explicativa vinculada as Demonstrações Contábeis, não foram disponibilizados documentação formal, contendo autorização, com base no Contrato de Gestão e/ou aditivo, para a realização de transferências de recursos entre as unidades geridas sob a responsabilidade da Entidade, e, por força de contrato, podem ocasionar contingências passivas. Nossa opinião não está ressalvada por estes assuntos.

## **5. Outros Assuntos**

### **5.1. Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação, foram, por essa Auditoria, examinadas de acordo com as normas de auditoria vigente naquela data. Por ocasião, foi emitido relatório de auditoria, sem modificação, em 17 de março de 2025.

## **6. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **7. Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

a) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

b) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

c) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

d) Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

e) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança uma declaração de que cumprimos os requisitos éticos pertinentes à independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as

consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Itanhaém – SP, 29 de março de 2026.

---

**Work7 Auditores Independentes LTDA**  
**CRC 1GO 001891**

---

**Jose Ricardo Xavier**  
**Contador CRC GO-013785/O-0 CVM 12.424**